



ANÁLISES DAS PRODUÇÕES E DISCURSOS SOBRE VELHICE, ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE NO ENSINO BÁSICO

Beatriz Bloise Pereira Nunes ¹
Fernando Altair Pocahy ²
Juliana Kathlen da Silva ³

RESUMO

O presente trabalho problematiza a presença/ausência da discussão sobre velhice, processos de envelhecimento e longevidade no campo da educação, por meio da análise de textos que, atualmente, estão propondo a identificação e discussão das narrativas sobre a matéria no ensino básico. Essa escolha dialoga com a intenção de compreender como essa pauta vem sendo enunciada nos espaços institucionais e acadêmicos. A partir de uma análise e revisão documental buscamos produzir pistas para compreender de que maneira os enunciados que se apresentam nessas produções participam dos jogos e disputas pelas significações que compõem os regimes de verdade referentes às elaborações sobre envelhecimento e longevidade nos espaços acadêmicos. A abordagem discursivo-desconstrucionista vincula-se à aposta na ideia de que tais discursos operam no sentido de hegemonizar as significações, enquanto estão sendo experimentados pelos sujeitos, produzindo efeitos sobre eles e a sociedade, ou seja, o que ocorre no entremeio das relações discursivas participa do processo de produção dos sentidos sobre o que é ser uma pessoa idosa, ou, de como pensamos os processos de envelhecimento (considerando os demais marcadores sociais que podem atravessá-la, seja racial, de gênero ou de pertencimento a uma classe social). A noção de governamentalidade contribui aqui para refletirmos e agregarmos a ideia desses discursos enquanto formas de governo e de (im)possibilidades dadas a determinados sujeitos de/em uma sociedade. Os resultados de nossa investigação apontam para um conjunto de evidências sobre o modo como certas narrativas e experimentações cotidianas favorecem subversão aos regimes de verdade que (des)articulam gênero, raça, classe e geração na educação (básica).

Palavras-chave: velhice, envelhecimento, longevidade, educação, ensino básico.

¹ Graduada em Pedagogia, Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ), biabloise@yahoo.com.br;

² Graduado em Psicologia, Doutor em Educação. Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vinculado ao Departamento de Estudos Aplicados ao Ensino e aos programas de pós-graduação em Educação e Psicologia Social, fernando.pocahy@gmail.com;

³ Graduada em Pedagogia, pesquisadora-extensionista, Faculdade de Educação (UERJ), julianakathlen@gmail.com



INTRODUÇÃO

O trabalho em tela compõe pesquisa mais ampla que vem buscando compreender e problematizar a presença/ausência das discussões acerca dos temas processos de envelhecimento, velhice e longevidade no campo da educação, por meio da análise das proposições das políticas públicas, dos currículos e das práticas observadas nos cotidianos do ensino básico. O grupo de pesquisa geni - estudos de gênero e sexualidade tem se dedicado ao Projeto “Envelhecimento e (auto)governo da longevidade nos cotidianos da educação” buscando compreender os modos de produção, marcação e (auto-)governo da diferença nas tramas discursivas do envelhecimento, considerando como importante eixo de análise a incorporação da temática nos currículos escolares e demais instituições de educação.

Com a intenção de contextualizar e justificar as escolhas aqui realizadas, faz-se necessário enunciar alguns dados. Estima-se que em 2021 o total de pessoas com mais de 60 anos residentes no Brasil seja de pouco mais de 30 milhões de pessoas. Em um cálculo de projeção utilizado pelo IBGE, esse total passará a ser superior a 43 milhões. (IBGE, 2020)⁴. O que significa um aumento de cerca de 40% em relação à quantidade total de idosos, no período de dez anos, caso essa projeção se confirme. Esse é um dado, como tantos outros produzidos pelo IBGE que demonstra a necessidade do planejamento de políticas públicas e de reelaboração de configurações sociais que levem em consideração o perfil e as demandas da população que vem se tornando mais idosa. O aumento do número de pessoas idosas aponta para a emergência de elaborar propostas que contribuam para minimizar os efeitos das limitações e vulnerabilidades desse grupo populacional. Torna-se também importante destacar as fortalezas e atributos positivamente identificados com as velhices, sem, contudo, desconsiderar os conflitos e situações adversas que são vivenciadas pelos mais velhos, quando se propõe refletir sobre as ressignificações da velhice. (DEBERT, 2020).

Sendo assim, a inserção do debate sobre os processos de envelhecimento em áreas mais específicas (como nas ciências sociais e humanas, por exemplo) pode ser considerada recente quando constatamos que as iniciativas e produções acerca dos conflitos e problemáticas associados à longevidade começam a ser ampliadas durante os anos de 1980 (BARROS, 2006). Essa maior notoriedade dada aos temas do envelhecimento tem relação com o aumento do número de idosos no país a partir desse mesmo período. Não uma relação

⁴ IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Síntese de indicadores sociais 2007. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=21830&t=resultados>. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

direta de causa e consequência, visto que é possível questionar a naturalização do envelhecimento da população como algo associado ao avanço de uma ciência que tenha favorecido o prolongamento da vida. Propondo uma perspectiva outra, dialogamos com Tótorá (2003) que evoca o conceito de *biopolítica* de Foucault para falar sobre como a longevidade teria sido inventada como projeto de gestão da vida. Assim,

As programações das ações governamentais visam controlar os processos de nascimento, vida e morte de uma massa global. A biopolítica se exerce na regularização da vida, na maneira de viver, no “como” da vida e no seu prolongamento. Trata-se de um poder contínuo, com recursos da ciência, que visa fazer viver. (TÓTORA, 2003, p. 5)

Em relação aos aparatos oficiais e reguladores que buscam apontar mecanismos para garantir os direitos das pessoas idosas, destacam-se a Política Nacional do Idoso (Lei nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994)⁵ e o Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741, de 1 de outubro de 2003)⁶. Ambos os documentos apresentam propostas ampliadas de articulação com múltiplas áreas - saúde, educação, previdência social, trabalho, cultura, esporte – com o objetivo de “assegurar os direitos sociais dos idosos, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.” (BRASIL, 2007). Em complementariedade com os direitos previstos no documento que estabelece a Política Nacional do Idoso, destacamos a premissa contida no Estatuto do Idoso quanto à obrigatoriedade do Estado em “garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condição de dignidade.” (BRASIL, 2003).

O debate sobre a longevidade, velhice e processos de envelhecimento nos cotidianos escolares

Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de formar e eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. (BRASIL, 2003)

⁵ BRASIL. Lei nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, jan. 1994. Disponível em: www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume_i/idosolei8842.htm. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

⁶ BRASIL. Lei nº. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

O artigo destacado pode ser encontrado no texto da lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 que discorre sobre o Estatuto do Idoso. Além desse trecho, optamos por destacar ainda o item VII do parágrafo primeiro que trata da garantia de prioridade, compreendendo “estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento”. (BRASIL, 2003). Por meio dessas determinações, é possível analisar como elas têm sido priorizadas nos cotidianos escolares. Obviamente, seria necessário uma minuciosa investigação e um levantamento criterioso dos textos curriculares oficializados nas muitas redes de ensino existentes para fazer afirmações sobre a presença e/ou ausência desse debate previsto no Estatuto do Idoso. Ainda assim, a interpretação desses documentos seria apenas uma possibilidade metodológica para elaborar essa análise.

Apesar do Estatuto do Pessoa Idosa ser um documento de importantes contribuições e representar um avanço no sentido do atendimento às demandas das pessoas idosas, é importante ressaltar que, diferente da temática referente à história e cultura, africana e afro-brasileira, a pauta sobre a questão do envelhecimento e velhice não possui uma diretriz curricular específica, conforme encontramos na lei 10.639/2003⁷. Nesse sentido, considerando que tais matérias tornam-se cada vez mais presentes nas discussões e produções de diferentes áreas, uma das apostas desse trabalho tem relação com a necessidade e o entendimento da importância de compreender os contextos e as perspectivas que estão sendo mobilizadas quando analisamos as produções teóricas acerca da temática do envelhecimento, longevidade e velhice ao voltarmos o olhar mais especificamente para o ensino básico enquanto segmento fundamental dentro do campo da educação.

Ainda que não seja possível apresentar, aqui nesse trabalho, como as demandas específicas relacionadas ao tema da longevidade, velhice e processos de envelhecimento tem sido refletidos nos espaços escolares e nos discursos institucionais no campo da educação, podemos considerar o quanto as pessoas idosas experimentam situações de discriminação, o que aponta para a necessidade de ser também a escola um lugar onde o marco fundamental da dignidade esteja associado aos grupos mais vulnerabilizados em uma sociedade que desvaloriza e desqualifica os sujeitos quando suas competências não mais atendem aos anseios da produtividade capitalista e neoliberal. Sendo assim, argumentamos sobre a relevância de uma “chamada” para que a escola se comprometa em colaborar na compreensão e aprofundamento do olhar para o debate sobre os mais velhos. Não sem motivo, evocamos

⁷ A lei 10639/2003 estabelece a obrigatoriedade de inclusão da temática “História e cultura africana e afro-brasileira” nos currículos oficiais das Redes de Ensino.

esse argumento, mas sim, entendendo esse lugar de vulnerabilidade da pessoa idosa quando, durante o seu processo de envelhecimento, precisa lidar com as visões sobre serem os mais velhos responsáveis, por exemplo, pela sobrecarga do sistema previdenciário, associando ao grupo que contribuiu por mais tempo com esse sistema, o imaginário social de peso. Ou, ainda, quando ao chegar a velhice, precisa negar essa experiência, diante das alegações *anti-envelhecimento*, dos apelos pelo apagamento dos sinais que demonstram a velhice – peso que recai com mais intensidade quando levamos em consideração as mulheres que vivenciam a longevidade. Daí a necessidade do amparo de currículos educacionais que tratam a velhice em suas especificidades, desconstruindo estereótipos e afirmando um diálogo entre gerações. Por um lado, crianças pequenas que dialoguem numa educação que lide com o envelhecimento como natural, constante, sinalizando que o aumento da idade não se caracteriza pela perda. Por outro, adolescentes e jovens que questionam a ideia do termo “velho” como descartável, ligado à inutilidade.

Voltar o olhar para a escolha e apostar no debate acerca dos processos de envelhecimento nas teorias/práticas curriculares se justifica ainda mais quando consideramos os dados numéricos que revelam o aumento significativo da população brasileira acima de 65 anos, tendo dobrado na segunda metade do século XX. Assim, investir na inserção do debate sobre as problemáticas e conflitos que envolvem a temática do envelhecimento nas práticas cotidianas curriculares da educação básica pode contribuir para o combate ao preconceito relacionado à velhice (etarismo) e para o fortalecimento de formas de relações intergeracionais mais saudáveis e equânimes.

Faz-se necessário reiterar a complexidade dessa abordagem que não se limita a pensar apenas nas mudanças da estrutura etária da população, mas também nos vastos questionamentos importantes de serem mobilizados diante dessa mudança, conforme aponta Debert (2020):

Como o envelhecimento físico e ou a idade legal tornam-se mecanismos fundamentais de classificação e separação dos seres humanos? Como grupos e forças sociais reagem a essas iniciativas? Quais os mecanismos utilizados para, através dessas representações, criar um laço social entre indivíduos que estão na mesma faixa etária, e em que situações esse laço pode ter eficácia redefinindo as diferenças de classe, gênero e étnicas? (DEBERT, 2020).

Nesse sentido, considerando que tais temas tornam-se cada vez mais presentes nas discussões e produções de diferentes áreas, uma das apostas desse trabalho tem relação com a necessidade e o entendimento da importância de compreender os contextos e as perspectivas que estão sendo mobilizadas quando analisamos as produções teóricas acerca da temática do



envelhecimento, longevidade e velhice ao voltarmos o olhar mais especificamente para o ensino básico enquanto segmento fundamental dentro do campo da educação.

METODOLOGIA

Para nos aproximarmos desse contexto a metodologia utilizada está associada ao levantamento, revisão e análise de uma parte das produções bibliográficas que tem articulado o debate entre os processos de envelhecimento, a velhice e a longevidade com o viés da educação escolar. Dessa maneira, elegemos a plataforma Scielo para realizar o rastreamento de artigos que apresentem em suas teorizações a articulação entre os temas aqui pautados, portanto, nessa busca, utilizamos os termos “velhice-envelhecimento-educação” e “velhice-envelhecimento-ensino” com o objetivo de ter acesso às teorizações que vem sendo produzidas acerca dessas matérias de maneira associada.

Tal opção se faz necessária no âmbito de uma pesquisa que possui duas premissas iniciais: a primeira está relacionada ao fato de considerarmos indispensável nos apropriarmos e dialogarmos com as apostas que já foram feitas e com os debates que estão sendo apresentados no momento em que a pesquisa está sendo realizada. Isso porque, uma pesquisa não pode ignorar e/ou estar dissociada das discussões contemporâneas que vêm refletindo sobre o tema ao qual se propõe estar debruçado. Posteriormente, estabelecer o diálogo com aquilo que tem sido enunciado em relação ao assunto proposto vai ao encontro do nosso entendimento do quanto os modos de representação daquilo que compreendemos sobre velhice e envelhecimento estão também implicados com os modos de subjetivação. Ou seja, no caso da pesquisa que estamos tratando, podemos afirmar que aquilo que tem sido enunciado nas pesquisas em relação à velhice, envelhecimento e longevidade produzem formas de se compreender, de ver e de modos de ser uma pessoa idosa ou a maneira como as pessoas envelhecem. No caso mais específico do que esse artigo trata, as produções que têm refletido a abordagem dessas temáticas nos espaços escolares produzem também uma noção de como os processos de envelhecimento e a velhice podem ser pautados nos cotidianos das escolas.

Na busca na plataforma Scielo, além de utilizarmos os termos “velhice-envelhecimento-educação” e “velhice-envelhecimento-ensino” os trabalhos também foram inicialmente filtrados levando em consideração as publicações no Brasil e em língua portuguesa. Nessa busca, ao usarmos os termos “velhice-educação” foram encontrados 28 resultados, já com os termos “envelhecimento – educação” tivemos como resultado o acesso a

169 trabalhos. Quando trocamos o termo educação por ensino, os resultados foram consideravelmente mais exíguos, sendo os seguintes: 6 trabalhos associados aos termos “velhice – ensino” e 60 trabalhos relacionados aos termos “envelhecimento – ensino”. Os resultados dessa busca nos fizeram observar que quase todos os trabalhos encontrados se distanciavam da temática que mais específica a partir do qual este trabalho está sendo desenvolvido. Sendo assim, optamos por lançar mão do referente às áreas temáticas que estão disponíveis na plataforma, escolhendo acessar os trabalhos associados às áreas do conhecimento que o site categoriza como educação e educacional. Nessa nova seleção, foram encontrados 11 trabalhos quando utilizamos os termos “velhice – educação” e 46 trabalhos vinculados aos termos “envelhecimento – educação”. Cabe ressaltar que em todas as opções de buscas e escolhas de filtros utilizados, apesar de não termos feito restrição alguma relacionada às datas, identificamos apenas trabalhos publicados a partir do ano de 2006, o que reitera a afirmação já pontuada anteriormente sobre a inserção recente da temática relativa ao envelhecimento e à velhice nas produções de determinados campos do conhecimento.

DISCUSSÃO

Iniciando as leituras e as primeiras análises do material levantado, torna-se incontornável apontar a percepção sobre a majoritária presença dos trabalhos referentes à área médica e da saúde quando buscamos artigos associados aos temas do envelhecimento, o que já enuncia sobre o quanto a velhice e o envelhecimento vem sendo pautado pelo viés medicalizado. O viés do envelhecimento saudável como necessário à vivência dos/as idosos/as é notório em diálogos que aparecem a longevidade. Além dessa perspectiva surgir nesse espaço formativo, a responsabilização dessa possível velhice mais sadia é direcionada às próprias pessoas e pouco se fala da ausência de políticas que visem o real bem-estar e da maior possibilidade de autonomia dos mesmos em suas vidas diárias. Muito se poderia aprofundar acerca das observações que partem dessa observação, no entanto, devido aos limites que se impõem ao trabalho que está sendo desenvolvido aqui, nos limitaremos a analisar apenas os artigos que nos oferecem pistas para compreender quais são as mobilizações relativas ao tema no que diz respeito ao ensino básico dentro do campo da educação escolar. Sendo assim, classificamos os trabalhos encontrados em duas categorias, desconsiderando aqueles onde o debate sobre as noções de velhice e envelhecimento não estavam associadas ao cotidiano do ensino básico. Com isso, nos debruçamos na análise de 7 trabalhos que se aproximam da perspectiva que aqui nos interessa aprofundar.



Dessa maneira, as leituras dos textos foram organizadas em três blocos de forma a identificá-los também por proximidade relacionada a abordagem temática dos artigos. No primeiro bloco, consideramos 2 textos que se dedicaram a apresentar as representações da velhice na literatura infantil e maneira como essas temáticas adentram o espaço escolar e engendram percepções sobre a velhice e o envelhecimento⁸. O segundo bloco abarca 3 dos textos selecionados e que se aproximam por terem em comum o objetivo de ratificarem a inserção no ensino básico da “educação gerontológica”⁹; a necessidade de “educar a sociedade”¹⁰ para o aumento demográfica referente às pessoas idosas no Brasil e a premissa de problematizar os preconceitos relacionados às pessoas idosas por meio de conteúdos que contribuam para que o jovens compreendam a importância da memória das pessoas idosas e passem a “valorizar os mais velhos, reconhecendo-os como titulares de direitos”¹¹. Os 2 artigos que compõem o último bloco dedicam-se a refletir sobre a concepção que os estudantes apresentam acerca do envelhecimento e/ou do que é ser uma pessoa velha. Um dos artigos analisou como crianças de uma escola pública expressam seu entendimento sobre um corpo que envelhece por meio da interação com bonecos que representam corpos velhos de homens e mulheres¹², enquanto o outro trabalho trouxe a contribuição para pensar a partir do olhar dos adolescentes para a representação social da “pessoa velha”¹³, utilizando questionários com perguntas abertas.

⁸ RAMOS, Anne Caroline. Os avós na literatura infantil: perspectivas gerontológicas e educacionais. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.40, n.1, p. 191-225, jan./mar. 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 03/08/2022.

FERREIRA, Cíntia Priscila da Silva; CANUTO, Kamila França; ARAÚJO, Kariny Michelly Lima; GUIMARÃES, Helen Arruda; LINS, Ana Elizabeth dos Santos; CHIARI, Brasília Maria; ROQUE, Francilise Piveta. A visão do envelhecimento, da velhice e do idoso veiculada por livros infanto-juvenis. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.24, n.3, p. 1061 – 1075, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015133362>. Acessado em 03/08/2022

⁹ ZANON, Carla Bianca Ferreira Moncaio; ALVES, Vicente Paulo; CARDENAS, Carmen Jansen. Como vai a educação gerontológica nas escolas públicas do Distrito Federal? Um estudo com idosos e jovens. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia., Rio de Janeiro, 2011, 14(3), pág. 555 – 566. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232011000300015>. Acessado em 03/08/2022.

¹⁰ WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. O idoso na contemporaneidade: a necessidade de educar a sociedade para as exigências desse novo ator social, titular de direitos. Caderno Cedes, Campinas, vol. 30, n.81, p. 179 – 188, mai. -ago. 2010, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000200004>. Acessado em 03/08/2022.

¹¹ GVOZD, Raquel; DELLAROZA, Mara Solange Gomes. Velhice e a relação com idosos: o olhar de adolescentes do ensino fundamental. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia., Rio de Janeiro, 2012; v. 15 (2), p. 295 – 304. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232012000200012>. Acessado em 03/08/2022.

¹² DORNELLES, Leni Vieira. Bonecos com corpo-velhos: o que dizem as crianças sobre envelhecimento. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 40, n.1, p. 173 – 190, jan./mar. 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acessado em 03/08/2022.

¹³ SANTOS, Verônica Braga dos; TURA, Luiz Fernando Rangel; ARRUDA, Angela Maria Silva. As representações sociais de pessoa velha construída por adolescentes. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia., Rio de Janeiro, 2011; 14 (3), pág. 497 – 509. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232011000300010>. Acessado em 03/08/2022.



CONSIDERAÇÕES

Com este trabalho nos movimentamos na intenção de investigar como o campo da educação tem encarado a inserção da temática sobre velhice e envelhecimento nos cotidianos dos espaços escolares, particularmente, em relação ao nível de ensino básico como segmento da educação brasileira. Inicialmente, buscamos apresentar as bases legais que balizam a necessidade do apontamento dessa temática em todos os níveis de ensino, bem como nos debruçamos em problematizar como essa premissa legal tem se demonstrado presente ou, conforme as pesquisas denotam, acabam expressando de forma mais significativa a ausência do debate acerca dos temas relacionados aos processos de envelhecimento e a velhice nos cotidianos do ensino básico.

Ao longo do texto, afirmamos o quanto consideramos que esses temas sejam também parte dos currículos das escolas de ensino básico, não apenas pela justificativa que apresenta o aumento demográfico da população idosa, mas também por apostarmos em uma abordagem sobre envelhecimento e sobre o que é ser uma pessoa velha que priorize os discursos múltiplos e heterogêneos como possibilidade potente de compreensão das pessoas idosas em suas amplas e complexas relações que não estão dissociadas dos marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade.

Com isso, a análise das produções teóricas que foram rastreadas em plataforma de publicação de trabalhos acadêmicos nos leva a refletir sobre a necessidade de ampliação tanto em quantidade quanto em multiplicidade de abordagem, contribuindo, dessa maneira, para que ao levarmos a temática sobre velhice e envelhecimento para os espaços escolares, as escolhas sejam feitas de modo a favorecer uma perspectiva que subverta as noções unívocas e monolíticas que, por vezes, encontramos em relação às enunciações de determinados sujeitos, como é o caso aqui em questão, quando falamos das pessoas idosas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, jan. 1994. Disponível em: www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume_i/idosolei8842.htm. Acesso em: 07 de agosto de 2021.



_____. Lei nº. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 07 de agosto de 2020

DEBERT, Guita Grin. A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. – 1ª ed., 3ª reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2021.

TÓTORA, Silvana Maria Corrêa. Genealogia da velhice. Revista Ecológica, v. 6, p. 04-21. 2003.

RAMOS, Anne Caroline. Os avós na literatura infantil: perspectivas gerontológicas e educacionais. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.40, n.1, p. 191-225, jan./mar. 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 03/08/2022.

FERREIRA, Cíntia Priscila da Silva; CANUTO, Kamila França; ARAÚJO, Kariny Michelly Lima; GUIMARÃES, Helen Arruda; LINS, Ana Elizabeth dos Santos; CHIARI, Brasília Maria; ROQUE, Franceline Piveta. A visão do envelhecimento, da velhice e do idoso veiculada por livros infanto-juvenis. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.24, n.3, p. 1061 – 1075, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015133362>. Acessado em 03/08/2022

ZANON, Carla Bianca Ferreira Moncaio; ALVES, Vicente Paulo; CARDENAS, Carmen Jansen. Como vai a educação gerontológica nas escolas públicas do Distrito Federal? Um estudo com idosos e jovens. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia., Rio de Janeiro, 2011, 14(3), pág. 555 – 566. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232011000300015>. Acessado em 03/08/2022.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. O idoso na contemporaneidade: a necessidade de educar a sociedade para as exigências desse novo ator social, titular de direitos. Caderno Cedes, Campinas, vol. 30, n.81, p. 179 – 188, mai. -ago. 2010, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000200004>. Acessado em 03/08/2022.

GVOZD, Raquel; DELLAROZA, Mara Solange Gomes. Velhice e a relação com idosos: o olhar de adolescentes do ensino fundamental. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro, 2012; v. 15 (2), p. 295 – 304. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232012000200012>. Acessado em 03/08/2022.

DORNELLES, Leni Vieira. Bonecos com corpo-velhos: o que dizem as crianças sobre envelhecimento. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 40, n.1, p. 173 – 190, jan./mar. 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acessado em 03/08/2022.